

Sumário

Prefácio.....	xiii
Introdução.....	xvii

1ª Parte

Vitimologia e Estado Democrático de Direito

Capítulo 1 – Vitimologia – Uma Introdução ao Tema.....	3
Capítulo 2 – A Expropriação do Conflito como Base Justificadora da Neutralização da Vítima	9
Capítulo 3 – Avanços da Vitimologia sob o Paradigma do Estado Democrático de Direito	21
3.1 Apresentação.....	21
3.2. Estado Democrático de Direito, Estado Social e Estado Liberal – Um Estudo Sobre Ruptura de Paradigmas	22
3.3. Autonomia Privada e Autonomia Pública no Estado Democrático de Direito – Uma Visão Procedimentalista do Direito	28
3.4. O Movimento Vitimológico em Face do Paradigma do Estado Democrático de Direito	35
Capítulo 4 – Os Estudos Atuais da Vitimologia – Crítica à Vitimologia de Feições Positivistas	47

2ª Parte

Sobrevitimização

Capítulo 5 – Vítima, Vitimização e Sobrevitimização – A Justificação dos Conceitos	55
Capítulo 6 – Hipóteses de Sobrevitimização no Processo Penal Brasileiro.....	73

3ª Parte

A Participação da Vítima no Processo Penal de Iniciativa Pública

Capítulo 7 – A Participação da Vítima no Processo Penal Brasileiro de Iniciativa Pública e sua Sobrevitimização.....	95
--	----

Capítulo 8 – A Participação da Vítima no Processo Penal Decorrente de seu Direito à Reparação do Dano Decorrente do Ilícito Penal..	103
8.1. Apresentação	103
8.2. O Modelo de Reparação do Dano Adotado no Brasil.....	106
8.2.1. Os Sistemas da União e Independência.....	107
8.2.2. Da Ação Civil de Reparação do Dano	109
8.2.3. Da Legitimidade para a Ação de Reparação de Dano.....	113
8.2.4. Dos Efeitos Cíveis da Decisão	114
8.2.5. A Participação da Vítima no Processo Penal Brasileiro Decorrente do seu Direito à Reparação do Dano.....	120
8.3. Modelos para a Resolução da Reparação do Dano Decorrente de Ilícito Penal	121
8.3.1. Apresentação	121
8.3.2. Modelo de Reparação do Dano como Pena	123
8.3.3. Modelo da Terceira Via	125
8.3.4. Modelo de Reparação por Meio de Fundos Estatais.....	129
8.3.5. Modelo de Reparação do Dano que Alia Procedimento Penal e Procedimento Civil.....	134
8.3.6. Modelo de Mediação do Conflito Penal	141
8.3.7. Modelo de Conciliação Penal	143
8.3.8. Modificações Pontuais no Ordenamento Processual Penal Brasileiro que Privilegiam a Reparação do Dano.....	148
Capítulo 9 – A Participação da Vítima no Processo Penal como Agente Colaborador e Controlador da Acusação Pública.....	155

4ª Parte

Em Busca de uma Interpretação Constittucionalmente Adequada da Participação da Vítima no Processo Penal Brasileiro

Capítulo 10 – Uma Interpretação Constitucionalmente Adequada do Processo Penal Frente ao Modelo Constitucional de Processo ...	169
10.1. Apresentação	169
10.2. O Processo a Partir do Enfoque do Estado Democrático de Direito	171
10.3. Por uma Interpretação Constitucionalmente Adequada da Participação da Vítima no Processo Penal de Iniciativa Pública.....	176
Conclusão	203
Referências Bibliográficas.....	209